

Até ontem, contas do orçamento indicavam déficit de 2,3% do PIB

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente José Sarney encaminha hoje ao Congresso Nacional um Orçamento Geral da União ainda deficitário, numa proporção que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não desejava. Até o final da tarde de ontem, o ministro do Planejamento marcava um déficit de 2,3% do PIB no orçamento da União, que ele tentou fazer equilibrado, com um "rombo", portanto, superior à meta de 2% do Produto Interno Bruto acertada junto ao Fundo Monetário Internacional para 1989, como déficit operacional global.

Ontem o ministro manteve com o presidente Sarney uma longa reunião, acompanhado de toda a sua equipe técnica. Abreu desejava reduzir o déficit do Orçamento Geral da União para 1% do PIB. Depois da reunião, voltou para o Ministério do Planejamento, para rever números e o texto da mensagem presidencial que acompanha o Orçamento.

Após a reunião com Sarney, Abreu informou que, na sua visão, o mais correto seria manter o déficit operacional de 2% do PIB para 1989 assim distribuído: equilíbrio entre as receitas e despesas dos governos estaduais e municipais, que neste próximo ano ganharão uma soma adicional de recursos, em função dos dispositivos constitucionais, bastante expressiva. Além do que, com a elevação da carga tributária, eles serão duplamente beneficiados; o orçamento da seguridade social — Sinpas — também deverá ser equilibrado; e o déficit de 2% ficaria distribuído entre o governo central e as empresas estatais.

O ministro do Planejamento disse, também, que com as receitas adicionais provenientes das medidas tributárias — dois decretos-leis — aprovadas ontem pelo presidente da República e que estarão

publicadas no Diário Oficial da União de hoje, a recuperação das receitas líquidas da União (exceto as transferências para os estados e municípios e os encargos de dívidas) ficará mais próxima dos 7,5% do PIB, voltando, em 1989, aos patamares de receita líquida de 1985.

Entre cortes de despesas com subsídios e incentivos, e aumento das receitas tributárias, apurar-se-ia algo com 2,5% do PIB. Segundo o ministro do Planejamento, a expectativa da Seplan era de que em 1989 a receita líquida da União, sem nenhuma medida tomada do lado das receitas e das despesas, fosse de 5% do PIB. Com as medidas, deve pular para 7,5% do PIB.

Segundo o chefe da Seplan, no início dos trabalhos de elaboração do orçamento para 1989, o déficit potencial gerado pelo governo central chegou a ser calculado em aproximadamente 5,3% do PIB, cifra que foi reduzida para 4,28% do PIB com as economias da "operação desmonte".

Mesmo que o ministro do Planejamento não consiga, agora, baixar o déficit de 2,3% do PIB, que estava registrado até a tarde de ontem, para um déficit de 1% do PIB do governo central em 1989, na mensagem que acompanhará o orçamento da União estarão indicadas todas as providências que terão de ser tomadas de agora até o final do ano, para trazer o déficit para uma cifra compatível com a meta global de 2% do PIB em 1989.

No final da noite de ontem, ainda envolvido na revisão de alguns números, o ministro do Planejamento estava convencido de que a melhor maneira de fechar as contas do setor público para 1989 era deixar explícito, na mensagem presidencial que acompanha o orçamento ao Congresso Nacional, não um percentual fixo de déficit para cada setor, mas a proposta de um "trabalho com limites", como ele próprio.